

Ressentimento travestido em violência: O comício de 18 de março de 1942 em Curitiba e suas consequências.

Márcio José Pereira (UFPR)

O discurso contrário a presença demasiada de estrangeiros no país não era novo em 1942, desde o estabelecimento do Plano de Nacionalização, embasada no Decreto Federal nº 406ⁱ que um ideal de brasilidade era amplamente defendido pelo Estado. Esse ideal de “bom brasileiro” deixava a margem a figura do imigrante europeu tão desejado no início do século XIX e valorizava justamente a mistura do índio, do negro e do luso-brasileiro.ⁱⁱ

Com o advento do Estado Novo, Vargas aparelhou o Estado para que esses ideais de brasilidade fossem incutidos na sociedade através de várias frentes que passavam pela reelaboração do ensino no Brasil e pela criação de leis específicas sobre a presença de imigrantes e/ou descendentes de origem imigrante no país. O Plano de Nacionalização deu fim às escolas estrangeiras, colocou todos os idiomas que não o vernáculo em uma espécie de interdição e ainda estabeleceu regras que até então não faziam parte do cotidiano dessas famílias de origem imigrante.

Ressaltamos que na década de 1940 boa parte dessas pessoas consideradas estrangeiras participavam avidamente da sociedade, em boa parte eram de segunda ou terceira geração, já nascidos no Brasil e ligados aos seus países de origem pelos laços familiares e costumes adquiridos pelas práticas no ambiente privado.

A construção do “mito da nação” e do “mito da nacionalidade”, a exemplo das ditaduras europeias, realizava-se por mecanismos de persuasão, mas, acima de tudo, pela violência garantida pela polícia política que perseguia e identificava os imigrantes que se opunham às medidas. Estes eram identificados como antibrasileiros, mal aculturados, verdadeiros “cânceres” inseridos em um território onde se estava por colocar em prática um projeto de “brasilidade”. (PEREIRA, 2010, p. 62)

A ação da polícia política alterou o cotidiano e as relações sociais, ao imaginarmos que esses indivíduos de origem germânica faziam parte da sociedade

como dissociá-los agora? Como estabelecer parâmetros para sujeitos que conviviam harmoniosamente até então? Eleger “estabelecidos” e “outsiders” dentro dessa coletividade e do contexto dado parece ser uma tarefa inalcançável, porém, os indivíduos de origem germânica deixam de ser parecidos com os autóctones, passam a levar um estigma no nome, a ser vistos como “causa de si mesmos”.

Um duplo fator que agrava essa condição é que o Estado Novo não reconhece a alteridade, porque ele, pelo menos no plano formal, pede submissão, amor e crédito; e por outro lado, parte do grupo social germânico não necessita mais projetar-se no estado varguista. O que temos - com todas as ressalvas necessárias - é o que Elias emprega como “*sociodinâmica da estigmatização*” defendendo que determinados grupos “[...] mantêm entre si a crença em que são não apenas mais poderosos, mas também seres humanos melhores do que os de outro [...]” (ELIAS; SCOTSON, 2000, p. 20)

Essa sociodinâmica embarca ambos os grupos em uma mesma condição, que carregam em si a certeza de serem “causa de si mesmos” e defendem sua condição de “estabelecidos”. Partiremos dessas discussões primárias para discutir como esses enfrentamentos se desdobraram no âmbito do cotidiano e como essas disputas chegaram as vias de fato através de ações violentas contra os sujeitos de origem germânica. para tal fim, utilizaremos um fato específico ocorrido em 18 de março de 1942.

Trata—se de um comício que a população organizou para protestar contra as vidas ceifadas pelos submarinos alemães, para exigir uma revanche imediata por parte do Brasil e em nome do civismo e do patriotismo – após o término dos discursos – saíram às ruas da capital paranaense depredando prédios que abrigavam residências e estabelecimentos comerciais dos denominados “quinta colunas” e “súditos do Eixo”, uma vez que estabelecimentos suíços, poloneses e austríacos foram depredados e essas populações não estavam envolvidas diretamente no conflito, mas eram confundidas pela população.

Através desse evento procuraremos discutir as questões referentes ao ressentimento e como esse pode ser externado em violência, nesse caso não simbólica ou tácita, mas explícita, bem como discutir essa ideia de violência

tradicionalmente assimilada as questões do poder político, ora interpretada como motor da história ou ainda o seu papel na formação das identidades coletivas.

O comício/protesto de 18 de março de 1942 em Curitiba

Antes mesmo da declaração oficial de guerra ao Eixo, ocorreram aproximadamente vinte ataques a navios brasileiros, que resultaram em centenas de mortes, prejuízos financeiros e na revolta da população, que, indignada, via crescer impune as atividades dos submarinos alemães na costa brasileira. De acordo com o levantamento realizado por Roberto Sander (2007) até o final da guerra, foram torpedeados trinta e quatro embarcações brasileiras, contra onze submarinos alemães e um italiano afundados; oficialmente foram totalizados 1.081 mortos, cerca de 63% dos tripulantes embarcados nesses navios afundados.

Os fatos supracitados compõem o pano de fundo para as situações que se desencadearam em várias cidades brasileiras; a população revoltada saiu às ruas para protestar contra os atos de violência, exigindo uma imediata tomada de posição do governo brasileiro. Essas notícias repercutiram na sociedade curitibana através da imprensa local e a população reagiu aos fatos, alguns discutiam a situação ainda no plano das possibilidades ao tomarem seu café da manhã, enquanto outros buscaram as ruas para manifestar sua indignação.

O comício de 18 de março de 1942 foi um desses momentos onde o ressentimento aflorou como agressão violenta. A guerra – próxima ou não – aflorou o sentimento de identidade nacional, tornando mais claras as alteridades existentes naquela sociedade:

Em qualquer conflito social grave – uma guerra, uma revolução – não serão as imagens exaltantes e magnificentes dos objectivos a atingir e dos frutos da vitória procurada uma condição de possibilidade da própria acção das forças em presença? Como é que se podem separar, nesse tipo de conflitos, os agentes e os seus actos das imagens que aqueles tem de si próprios e dos inimigos, sejam estes inimigos de classe, religião, raça, nacionalidade, etc.? Não são as acções efectivamente guiadas por estas representações; não modelam elas os comportamentos; não mobilizam elas as energias; não legitimam elas as violências? (BACZKO, 1995, p. 298).

Um fator interessante desse comício é que este começou pela manhã, com uma grande reunião de pessoas na Praça Osório, onde professores, jornalistas e líderes de comunidades discursaram em prol do nacionalismo e do sentimento de luta que estava se impondo sobre o país. Finda a "verborragia nacionalista", seguiu-se um desfile organizado por uma das grandes avenidas da cidade. De acordo com os relatos contidos nos jornais, tudo transcorreu na maior ordem possível e esses manifestantes chegaram à Praça Santos Andrade, onde começaram um novo comício, só que dessa vez com diversos oradores e entre eles o já conhecido delator do nazismo e de seus praticantes Rodrigo de Freitas, radialista da PRB2 e cronista da Gazeta do Povo. ⁱⁱⁱ

A partir desse novo comício partiram em conjunto para sinalizar sua indignação depredando o patrimônio comercial e residencial de elementos que supunham pertencer ao Eixo. No tocante à depredação, foram contabilizados sessenta e oito (68) estabelecimentos comerciais depredados, sendo estes de propriedades de alemães, japoneses, italianos e outras nacionalidades – que mesmo não fazendo parte do confronto bélico, fizeram parte da empreitada por terem nomes que se julgava pertencer aos eixistas.

Mesmo os brasileiros descendentes pagaram o preço do "civismo curitibano", citamos o caso de Alfredo Weiss, nascido no Brasil e estabelecido em Curitiba desde 1893, em que seu estabelecimento – Foto Progresso - foi completamente depredado durante a manifestação da noite do dia 18.03.42.

Os jornais não relataram a presença de nenhuma autoridade local, mas informam que logo após o encerramento do comício, a multidão foi exercer seu "civismo patriótico" nas ruas da capital. Zucon (1997) enumera alguns atentados que compuseram esse cenário e que são retratados também em parte dos documentos que restaram da DOPS sobre o comício. Entre as dezenas de atos violentos, destacamos a situação do Foto Progresso, o incêndio provocado na Casa Mascote, empresa que comercializava produtos usados e de segunda mão, a depredação da Casa Suíça, loja de materiais elétricos de propriedade de Alfredo Bollinger, o quebra-quebra geral da loja de meias Mousseline, entre outros.

Em relação ao incêndio da Casa Mascote, os laudos do Corpo de Bombeiros de Curitiba demonstram que não houve vítimas, mas que os prejuízos foram enormes, segundo o oficial responsável, 2º Ten. Joaquim de Souza Teixeira, no incidente foram utilizados três caminhões pipas da corporação que foram chamados aos 55 minutos do dia 19.03.1942 e que levaram cerca de cinquenta minutos para extinguir o fogo, visando, sobretudo, a proteger as casas e os estabelecimentos que rodeavam o prédio. Zucon (1997, p. 112) descreve um detalhe que ajuda a compreender a motivação dessas pessoas; em meio ao quebra-quebra, cessaram o ataque à Casa Mascote quando localizaram em seu interior uma fotografia de Getúlio Vargas, e logo que a foto foi "salva", retornaram à pancadaria. No relatório apresentado pelo agente da DOPS o mesmo destacou que após o indivíduo irromper em meio as chamas com o quadro do grande "pai da nação" em mãos foi aclamado com palmas e gritos de "Viva Getúlio" por todos os manifestantes.

Zucon (1997, p. 112) afirma que esse tipo de manifestação tem como álibi a crença comunitária, que naquele momento estava incumbida de lutar pela nação brasileira, relativizando – muitas vezes erroneamente – todos os imigrantes como agentes subversivos e "súditos do Eixo". É a partir dessa intrincado jogo de relacionamentos que iremos perceber a população dividindo-se gradativamente em prol da defesa da nação brasileira, nesse sentido que entendemos o que Peter Gay chama de criação de álibis para a agressão, esse externar de sentimentos negativos pode ou não gerar situações de conflito, mas para o autor - independente de sua forma de expressão – a agressão por meio de palavras, gestos, artimanhas, fofocas, lesões, ataques, luta, morte ou genocídio são intrínsecas do homem, são necessárias e tidas como meios de autodefesa. Para o autor:

Toda cultura, toda classe, todo século constrói seus próprios álibis para a agressão. E cada um desses estratégias defensivas tem sua história. A maioria é simples réplica de racionalizações consagradas pelo tempo, ou sutis variações das mesmas, apenas uma pequena parte consegue ser verdadeiramente inovadora (GAY, 2001, p. 43).

Esses álibis podem se tornar facilmente generalizações dentro de determinados contextos, fato que observamos no caso dos indivíduos de origem

germânica no Paraná. A medida dessas agressões pode ser evidenciada de maneira diferente em cada grupo:

O que o alvo da agressão pode sentir como golpe injustificável, o agressor pode defender, com sinceridade, como sendo essencial para a sobrevivência. Um ato de agressão é uma transação, e a maneira como é julgado depende, obviamente da perspectiva dos participantes (GAY, 2001, p. 14).

Outros dois incidentes têm como causa fatores comuns, primeiramente o fato da população não saber diferenciar os diversos sobrenomes dos imigrantes existentes na cidade e relativizar automaticamente para alemães, italianos e japoneses, e o segundo, comum durante manifestações, esquecerem a "causa da luta" e agirem instintivamente, destruindo e depredando bens, locais ou pessoas que nada possuíam ligação com o protesto.

A Casa Suíça de Alfredo Bollinger foi completamente destruída pelos manifestantes. No dia seguinte, este se dirigiu à delegacia para revelar que era de nacionalidade suíça e que esse país mantinha-se neutro diante do conflito mundial^{iv}, dessa forma, ele não poderia ser prejudicado pelo fato dos manifestantes não possuírem informações precisas sobre a guerra. Já a loja Mousseline, de propriedade de um brasileiro, foi devastada na noite anterior e seu proprietário foi até a redação do Diário da Tarde para que fosse esclarecido publicamente que "Mousseline" era uma palavra de origem francesa e que significava tecido leve, sendo este matéria-prima para fabricação de meias, e que o nome não possuía vínculo algum com o comandante supremo do fascismo italiano (ZUCON, 1997, p. 112).

Nem só os estrangeiros "não existas" se dirigiram até as delegacias para contestar; mais do que isso, um grupo de trabalhadores brasileiros da empresa Theodoro Schaitza e Cia – de propriedade de um alemão e de um brasileiro nato – foram no dia seguinte até a Chefatura de Polícia entregar um abaixo-assinado a Fausto Bittencourt, argumentando que a maioria dos trabalhadores eram brasileiros e que daquela fábrica dependiam muitos outros brasileiros, solicitando garantias de que a mesma não fosse atacada novamente.

São quase cinquenta assinaturas que seguem junto à solicitação. Esse tipo de atuação da população demonstra que ainda havia uma coexistência entre imigrantes e brasileiros, e que embora a grande maioria estivesse totalmente de acordo com as medidas nacionalistas adotadas pelo Estado Novo, alguns ainda não haviam absorvido o discurso da grande imprensa contra os imigrantes.

Sobre os acontecimentos do dia dezoito, o cronista da PRB2, Rodrigo de Freitas, publicou dois dias depois em sua coluna um texto enaltecendo a participação da população nos atos que *"serviram de eles para demonstrar aos inimigos do Brasil que os brasileiros os conhecem e sabem onde eles se ocoitam [sic]"* e ainda ressaltou que *"[...] não houve, portanto, injustiças."*^v É certo que a população ficou em polvorosa com as palavras de Freitas e com os resultados das ações contra os "filhos de Hitler", mas para a polícia e em especial para a Secretaria de Justiça esse evento ocasionou muitos problemas, um dos mais destacados foi levantado pelo Comandante da 5ª Região Militar Pedro de Albuquerque, que repreendeu duramente o Chefe de Polícia do Paraná, pois o fato havia sido relatado ao Ministério da Guerra e de acordo com o Ofício 55 B/C de 10.04.1942:

[...] II - Os acontecimentos que se verificaram nessa cidade, no dia 18 do corrente, quando me achava ausente em viagem de inspeção, tiveram grande repercursão não como um ato de civismo mas como ato de depredatório ao qual está inteiramente alheia a culta sociedade de Curitiba. III – Tendo levado os fatos ao conhecimento do Sr. MINISTRO DA GUERRA, sua Excia, como este Cmdo. reprovou-os. IV – Solicito-vos providencias preventivas para que fatos dessa natureza não se reproduzam [sic] [...]"^{vi}

Nesse mesmo ofício é remetida ao Chefe de Polícia uma lista com dezesseis nomes para serem interrogados, entre eles o do cronista da PRB2. O Ten. Cel. Agenor Brayner, na breve descrição de cada "elemento", pontua que em sua maioria eram comunistas ou já estiveram envolvidos com causas comunistas, reforçando a ideia do Gen. Pedro de Albuquerque de que a "fina nata" da culta sociedade curitibana nada tinha a ver com o imbróglio.

Ao ser informado dos acontecimentos e das ocorrências da noite do comício, Manoel Ribas não censurou os paranaenses e ainda elogiou a postura patriótica do povo diante do momento incisivo e belicoso que a pátria atravessava. Todavia, para

não deixar o paternalismo costumeiro de lado, apressou a organização da Liga de Defesa Nacional no Estado, visando a coordenar as forças cívicas nacionais pelos caminhos corretos. Não ocorreram desdobramentos mais severos em relação as manifestações ocorridas na data, posteriormente outras situações foram relatadas pela DOPS em Curitiba, Antonina, Paranaguá e no interior. Algumas antes mesmo da declaração efetiva de guerra ao Eixo e outras com maior fluidez após a concretização da beligerância.

Ações coletivas – Ressentimento, violência ou prática social?

De acordo com Eder Sader (1988), os acontecimentos cruciais (pontos de tensão) produzem novas formas de identidade coletiva, e suas formas de expressão são as mais variadas, privilegiando as ações diretas, ou seja, as manifestações de suas vontades, grosso modo compatível com o modelo de atividade coletiva por nós evidenciado em Curitiba, pois diante de uma situação adversa (presença de alemães no meio social), as pessoas reuniam-se em pontos públicos no cair da noite para vandalizar e depredar estabelecimentos de propriedade de imigrantes ou descendentes de alemães ou que tivessem qualquer vínculo com o Eixo.

Ansart (1978, p. 6) entende que uma prática social, reunindo de modo ordenado comportamentos individuais voltados para finalidades comuns, supõe uma estrutura complexa de designação, de integração significativa, de valores; um código coletivo e interiorizado, que tem como principal força uma ideologia, seja ela religiosa, mítica ou política.

A ideologia política renova o empreendimento mítico e religioso da identificação dos indivíduos. Convocando um grupo particular (partido, classe, nação) para uma ação também particular, estabelece as fronteiras e recria os instrumentos de magnificação do grupo envolvido. Para que seja possível a ação, é necessário que a linguagem participe da manutenção das lealdades individuais em relação a coletividade e, para tal, entretenha o jogo da identificação do ego no grupo (ANSART, 1978, p. 40-41).

Os obstáculos – imaginários ou reais - da nação devem ser combatidos e recebem toda a carga de ódio advinda dos ressentimentos, carga oriunda de

emoções que perpassam a inveja, o ciúme, o rancor e a vingança, sentimentos ruminados e que culminam em ações individuais e coletivas de violência, de negação do outro e até mesmo de morte.

Hannah Arendt apresenta-nos essa face da violência onde o sujeito perde completamente seu equilíbrio emocional e comete atos impensados, esses momentos são rotineiramente creditados a intempéries econômicas, mas a autora nos chama a atenção para o fato das injustiças ou desesperanças em relação ao futuro imediato ou mais distante, em nosso caso uma guerra que se “aproxima” cada vez mais do país e a presença de elementos que podem constituir um perigo iminente ao *modus vivendis* instaurado.

A fúria não é de modo nenhum uma reação automática diante da miséria e do sofrimento em si mesmos; ninguém se enfurece com uma doença incurável ou um tremor de terra, ou com condições sociais que pareçam impossíveis de modificar. A fúria irrompe somente quando há boas razões para crer que tais condições poderiam ser mudadas e não o são. Só manifestamos uma reação de fúria quando nosso senso de justiça é injuriado; tal reação em absoluto não se produz por nos sentirmos pessoalmente vítimas da injustiça. (ARENDDT, 1969, p. 11)

Podemos aceitar que a população curitibana tenha agido de maneira violenta ao acatar o discurso moralizante imprimido por Vargas acerca da necessidade da criação de um país mais brasileiro e que, imbuída pela necessidade de cumprir seu papel social, saiu às ruas depredando comércios, clubes recreativos e toda gama de locais que estivessem relacionados a imigrantes ou descendentes do Eixo.

De acordo com Dominique Julia, uma das primeiras reorientações para se entender a ação das multidões é não se tratá-las como atividades espasmódicas, e sim considerá-las “[...] como uma expressão política própria os discursos e os gestos dos atores, que são animados pela convicção partilhada de defenderem os direitos tradicionais e os costumes [...]” (JULIA, 1998, p. 223). Logo, parte da sociedade curitibana reagiu violentamente em nome “da ordem” ou do restabelecimento da mesma. Julia ainda postula que “é possível distinguir comportamentos diferenciados, lógicos, organizados, adaptados aos lugares e às circunstâncias, sob a aparência de impulsividade” (1998, p. 225).

Pensando a partir da denominação de violência de Yves Michaud, podemos entender que houve um exagero na forma de externar essa insatisfação. De acordo com o autor:

Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em participações simbólicas e culturais. (MICHAUD, 1989, p.11)

O ressentimento tem um lugar no mecanismo político, tem lugar nas manifestações populares, nos partidos e na própria ideologia política. A política tem lugar cativo na formação dos ressentimentos e é justamente essa interação paradoxal entre o político e o ressentimento que nos interessa. Perceber como o discurso do Estado pode suscitar situações paradoxais para uma mesma população, uma vez que ao mesmo tempo em que reúne uma fatia da população ao redor da causa nacional e a torna portadora de sentimentos odiosos em relação àqueles que são considerados “alienígenas”, marginaliza a outra fatia que passa a sofrer e ruminar esses sentimentos de exclusão e a ressentir-se desse meio que a oprime.

Conclusão

À guisa de uma conclusão, podemos assumir que houve uma transposição desse ressentimento, a situação passou de uma insatisfação velada a uma ação coletiva, onde o excesso de poder impede o reconhecimento do outro. A situação da alteridade não permite a população entender a dinâmica que envolve a presença desses indivíduos de origem estrangeira no país, menos ainda, de entender o jogo político realizado por Vargas nesse momento. A população traduz a violência simbólica produzida pelos decretos-leis, pela ação do DOPS e pelas notícias veiculadas nos jornais em rancor e ódio a esse elemento alienígena. Ansart destaca as obrigações do historiador que resolve trabalhar com as questões do ressentimento e adverte que: *“Certamente é muito mais difícil traçar a história de ódios do que a história de fatos objetivos”* (2004, p. 28)

Discutir a violência nesse contexto não cabe nessas poucas páginas, porém, destacamos que para Arendt: *“A violência, no entanto, só tem sentido quando é uma re-ação e tem medida, como no caso da legítima defesa. Perde sua razão de ser quando se transforma numa estratégia erga omnes, ou seja, quando se racionaliza e se converte em principio de ação”* (ARENDR, 2011, p. 12). Ainda que para a autora: *“A força e a violência provavelmente serão técnicas de controle social e persuasão bem-sucedidas quando possuírem um amplo apoio popular* (ARENDR, 2011, p. 35). Sendo a última colocação ideal para nosso caso de análise, Vargas buscava a todo preço um alinhamento da população ao seu plano de governo, mesmo que para isso a reafirmação de um inimigo comum fosse necessária e um agir violento em relação a eles defendido e institucionalizado.

Por fim, entendemos a afirmativa Arendt sobre a observação de Georg Sorel em *Reflections on Violence* de 1906 que *“os problemas da violência permanecem muito obscuros, ainda é tão verdadeiro hoje como antes”* (ARENDR, 2011, p. 51). Logo, desejamos gradativamente ter passado por questões que se não iluminam, lançam luzes sobre as questões do ressentimento e da violência nas relações entre brasileiros e indivíduos de origem estrangeira no país, a partir do exemplo paranaense durante a Segunda Guerra Mundial.

ⁱ BRASIL. Decreto Federal n. 406, disponível no Diário Oficial de 06/05/1938. Lei de Nacionalização.

ⁱⁱ A figura do elemento subversivo foi edificada na figura dos imigrantes, especialmente naqueles que apresentavam as culturas de menor capacidade de aculturação, como os japoneses e alemães, sendo os primeiros por constituírem quistos raciais e serem considerados por alguns intelectuais, como Xavier de Oliveira, Carlos de Souza Moraes, Oliveira Vianna, etc., etnicamente desprovidos de capacidade de contribuir com a formação do elemento nacional, e os últimos por possuírem núcleos bastante estruturados no sul do país, envolvimento com a política e um partido constituído e em desenvolvimento.

ⁱⁱⁱ Diário da Tarde, Curitiba, 19.03.1942

^{iv} Diário da Tarde, Curitiba. 20.03.1942 e *Relação das Casas depredadas no comício realizado (sic) em 18.03.1942*. Fls. 3-5. – Comício de 18.03.1942 – Pasta Temática n° 254 – Topografia 27.

^v O Povo tem mil olhos e mil ouvidos para ver e para ouvir – Crônica da PRB2 – Lida no dia 20.03.1942 – Comício de 18.03.1942 – Pasta Temática nº 254 – Topografia 27

^{vi} Ofício da 5ª Região Militar nº 55 B/C de 10.04.942 – Secretária de Segurança Pública (Antiga Chefatura de Polícia) – Pasta Temática nº 1747 – Topografia 209.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANSART, Pierre. *Ideologias, Conflito e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.
- _____. História e memória dos ressentimentos. In BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (orgs.). *Memória e (res)sentimento. Indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Ed. Unicamp, 2004, p. 15-36.
- ARENDDT, Hannah. *Sobre a violência*. 3 ed. Trad. André Duarte. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- _____, *Crises of the republic*. New York: Harcourt Brace Jovanovich, 1969.
- BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1995.
- DOPS. *A Lógica da Desconfiança*. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado da Justiça/Arquivo Público do Estado, 1996.
- ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. L.; *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- GAY, Peter. *O Cultivo do Ódio*. 1ª Reimpressão. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. Col. A experiência burguesa da Rainha Vitória a Freud. Volume 03.
- JULIA, Dominique. *A violência das multidões: É possível elucidar o desumano?*. In: BOUTIER, Jean & JULIA, Dominique. *Passados recompostos: campos e canteiros da história*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1998.
- MICHAUD, Yves. *A violência*. São Paulo: Ática, 1989.
- PEREIRA, Márcio J. *Politizando o cotidiano: Repressão aos alemães em Curitiba durante a Segunda Guerra Mundial*. 196 p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Maringá, 2010.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena. Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo 1970-1980*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SANDER, Roberto. *O Brasil na mira de Hitler: A história do afundamento de navios brasileiros pelos nazistas*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

ZUCON, Otávio. *Comunidade Cindida: dissensão e conflito em Curitiba na II Guerra*. Curitiba, Revista de Sociologia e Política, nº 9, 1997. p. 103-114.